Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

09/04/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1 - 2
   1.2. POSSE..... 3 - 4
   1.3. PRESIDÊNCIA..... 5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. CORREGEDOR (A)..... 8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 9 - 11
   4.2. POSSE..... 12
   4.3. VARA CRIMINAL..... 13
5. JORNAL EXTRA
   5.1. COMARCAS..... 14 - 15
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 16 - 17
   6.2. POSSE..... 18
   6.3. PRESIDÊNCIA..... 19
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. POSSE..... 20
   7.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 21 - 24
8. JORNAL O PROGRESSO
   8.1. PRESIDÊNCIA..... 25
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. DECISÕES..... 26 - 27
   9.2. JUÍZES..... 28
   9.3. POSSE..... 29
   9.4. PRESIDÊNCIA..... 30

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 3

Justiça determina pagamento do salário de vice sustado de forma arbitrária em Anajatuba

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina pagamento do salário de vice sustado de forma arbitrária em Anajatuba

Visando cercear um ato de desespero do prefeito de Anajatuba – Helder Lopes Aragão(PMDB), reflexo de uma total afronta aos preceitos legais que alicerçam o Estado Democrático de Direito, uma liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru, respondendo pela Comarca de Anajatuba, Mirella Cezar Freitas, corrigiu uma distorção, assegurando ao vice-prefeito daquela cidade – Sydnei Pereira, o pagamento do subsídio referente aos meses de novembro e dezembro/2014, além do 13º salário, sustados, de forma arbitrária, por determinação do prefeito.

Na decisão, além de determinar o cumprimento da determinação judicial num prazo de 10 dias, a magistrada proibiu, também, a suspensão do pagamento dos meses subsequentes, sob pena de multa de 10% do montante total devido. A liminar foi concedida em sede de mandado de segurança, impetrado em favor do vice-prefeito pela advogada Itamargarethe Corrêa Lima.

Na defesa, de forma protelatória, mesmo não tendo como provar a efetivação do pagamento, haja vista que o mesmo não fora feito, a Procuradoria do Município pleiteou inépcia da inicial e, no mérito, a improcedência da ação, argumentos rechaçados pela magistrada.

A ação irresponsável, vil e mesquinha de Hélder Aragão, na realidade, como de conhecimento público e notório, tem como escopo retaliar Sydnei por conta de um turbilhão de denúncias contra a atual administração. Pesa sobre os ombros do prefeito, já denunciado em diversos meios de comunicação a nível nacional e local, bem como nos órgãos de controle, suspeita do desvio de milhões e milhões de reais com licitações fraudulentas. Abaixo a integra da decisão proferida pela juíza Mirella Cezar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUIZ ALESSANDRO FIGUEIREDO ASSUME JUIZADO DE SANTA INÊS

O juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, da 1ª Vara da comarca de Lago da Pedra, tomouposse no cargo de juiz de direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Inês, ambas de entrância intermediária.

O ato solene foi realizado na terça-feira (07), no Tribunal de Justiça do Maranhão, diante da presidente, desembargadora Cleonice Freire, e do diretor-geral, Hebert Leite, com a leitura e assinatura do termo de compromisso e posse.

A remoção para nova jurisdição, a pedido do magistrado, obedeceu ao critério de merecimento, conforme decisão dos desembargadores em sessão administrativa do órgão especial do TJMA, de 18 de março deste ano.

Após o ato, o magistrado foi saudado pela desembargadora presidente e cumprimentado pelos colegas da magistratura.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUÍZA TOMA POSSE NA 1ª VARA DE BALSAS

No exercício da presidência, a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, deu posse, na manhã desta quarta-feira (8), à juíza Elaile Silva Carvalho, que passa a atuar na 1ª Vara de Balsas.

A magistrada atuava na vara única de Penalva e foi promovida por merecimento, da entrância inicial para a intermediária, por decisão do órgão especial do dia 18 de março deste ano.

A magistrada foi cumprimentada pela promoção na carreira, após a leitura e assinatura do termo de compromisso e posse.

Abertas as inscrições para a 12ª edição do Prêmio Innovare

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Humberto Coutinho recebe desembargadora Cleonice Freire e firma parceria

Humberto Coutinho e os deputados ali presentes destacaram a relevância da proposta apresentada a presidente do TJ desembargadora Cleonice Freire

Pág. 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Humberto Coutinho recebe desembargadora Cleonice Freire e firma parceria

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu na manhã desta quarta-feira (8), em seu gabinete, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, que veio ao legislativo estadual fazer uma visita de cortesia, juntamente com o desembargador Jamil Gedeon e do chefe de gabinete, Elcior Coutinho. Também estiveram presentes, os deputados Roberto Costa (PMDB), Fábio Braga (PTdoB) e Rigo Teles (PV), além de assessores da presidência.

Na ocasião, a desembargadora Cleonice Freire – que reafirmou o interesse de manter o intercâmbio entre os poderes judiciário e o legislativo estadual - entregou a Humberto Coutinho a minuta de um projeto de lei, sugerindo a criação do Dia Estadual de Combate a todo tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão, a ser comemorado no dia 23 de abril. Esta data foi escolhida em homenagem ao jornalista Décio Sá, assassinado, em São Luís, neste dia.

Ao destacar a importância do projeto para a sociedade maranhense, Cleonice Freire pediu o apoio do presidente e dos demais parlamentares da Casa para apreciarem a proposta que visa chamar a atenção para os direitos humanos das vítimas da violência e seus familiares, no sentido de estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência, respeitando as devidas competências.

"Reafirmo o interesse de manter o intercâmbio entre os poderes para que possamos continuar trabalhando em harmonia. Peço o apoio dos deputados para que apreciem e aprovem essa proposta que visa beneficiar a população do Maranhão", acentuou a desembargadora Cleonice Freire.

Ela destacou ainda que a escolha do dia 23 é oportuna, visto que, todos os anos, haverá um amplo debate sobre a questão da violência no Estado, dando visibilidade à situação das vítimas e seus familiares, e também possibilitará a promoção de justa homenagem ao jornalista Décio Sá.

Humberto Coutinho e os deputados ali presentes destacaram a relevância da proposta e afirmaram que a mesma será levada ao plenário, em regime de urgência, para apreciação e aprovação. "Tenho certeza que todos os deputados terão boa vontade em apreciar os projetos que são benéficos para a população. O que tiver no nosso alcance, pode ter certeza, que estaremos apreciando e aprovando", assegurou Humberto Coutinho, colocando Casa à disposição do TJ do Maranhão.

PROPOSTA

De acordo com a proposta do TJ, no dia 23 de abril, o legislativo estadual deverá realizar sessão solene às vítimas da criminalidade e familiares. Além disso, durante todo o mês de abril deverá promover debates com membros da sociedade civil, universidades e autoridades com o propósito de apresentar ao Poder Executivo sugestões voltadas ao combate ao crime e proteção à vítima.

A proposição enfatiza ainda que o estabelecimento de uma data com essa finalidade, além de permitir que o Estado do Maranhão desponte como a preocupação de proteção à vítima de criminalidade, se comparado a outros estados da federação, e cumprir diretrizes da ONU, reforça as idéias de ações afirmativas na defesa dos direitos das vítimas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Audiência de custódia no Maranhão recebe reconhecimento

Em publicação realizada nesta quarta-feira (08), a Human Rights Watch (HRW) classificou o Projeto de Audiência de Custódia da Corregedoria da Justiça do Maranhão como uma solução para que o Brasil diminua a violência no sistema prisional. A divulgação é resultado de um estudo sobre o sistema prisional brasileiro. Em janeiro deste ano, representantes da ONG estiveram no Estado e acompanharam a execução do projeto, que é pioneiro no Brasil.

O projeto foi implantado no Maranhão após sucessivos debates que envolveram representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias de Administração Penitenciária e de Segurança, além das forças policiais. O projeto piloto começou a ser executado em outubro do ano passado, sendo formalizado em dezembro, por meio do Provimento 24/2014.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, o sucesso da audiência de custódia no Maranhão é resultado de um somatório de esforços entre as instituições pactuadas. "Desde o início da gestão assumimos a prática da integração como modelo de atuação. Esse diálogo tem contribuído para rompermos com o isolamento e avançarmos nas ações que interessam à sociedade", declarou.

A diretora da HRW para o Brasil, Maria Laura Canineu, disse que o objetivo das prisões é de conter a criminalidade, mas que no Maranhão, devido à falta de organização e à superlotação, elas promoveram o crescimento das facções criminosas e da violência. A ONG afirmou que audiência de custódia é um caminho para desarticular e enfraquecer essas facções.

Em relação ao projeto de lei que tramita no Congresso desde 2011 (PLS n. 554/2011), Maria Canineu criticou a demora do Legislativo em se posicionar, mas reconheceu que os estados estão fazendo sua parte. "O Congresso precisa parar de adiar a discussão do projeto das audiências de custódia e torná-lo lei. No entanto, os estados não precisam esperar por uma atitude de Brasília. O Maranhão tem demonstrado que as audiências de custódia, ao mesmo tempo que respeitam os direitos humanos, produzem resultados promissores", elogiou.

Modelo – A diretora afirmou que a experiência maranhense se constitui em um modelo eficiente e que pode contribuir para a busca concreta de soluções para a crise prisional do Brasil. "Este programa piloto mostra que o respeito às obrigações do Brasil em relação aos direitos humanos tem também o potencial de ajudar no combate aos problemas crônicos do sistema carcerário em todo o País", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O TUDO DE BOM de hoje vai para o Top Cerimonialista Público, NETO MEDEIROS pela passagem do seu aniversário (08/04). Neto é um profissional dedicado e competente, atualmente trabalha como Assessor Especial da desembargara Nelma Sarney. Desejamos felicidades mil.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juizado condenou 1.109 réus em ações de trânsito em 2014

Juizado Especial de Trânsito de São Luís divulgou ontem balanço do ano passado; colisões em ruas e avenidas lideram o ranking dos processos julgados. **Cidades 1**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Juizado condenou 1.109 réus em ações de trânsito em 2014

Maioria dos casos é de acidentes em ruas e avenidas de São Luís, que ocasionaram ainda danos materiais para os condutores dos veículos; colisões lideram o ranking; 1.552 processos tramitaram no ano passado no Juizado Especial de Trânsito

Mais de mil réus foram condenados no ano passado em ações que tramitaram no Juizado Especial de Trânsito de São Luís. A maioria dos casos que chegaram ao juizado e que geraram os processos é de acidentes de trânsito em ruas e avenidas da capital maranhense, que ocasionaram ainda danos materiais para os condutores dos veículos.

No total, 1.552 processos tramitaram no ano passado no Juizado de Trânsito e desse total 1.019, ou seja, pouco mais de 65%, resultaram em condenação. O restante dos processos ainda está em tramitação no juizado.

Crescente - De acordo com o titular do juizado, José Eulálio Figueiredo, a demanda no juizado vem crescendo muito nos últimos anos. Segundo o magistrado, esse crescimento deve-se principalmente ao aumento da frota de veículos que hoje circulam na Região Metropolitana de São Luís.

Conforme mostram as estatísticas do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), a Ilha tem hoje 403.220 veículos. Desse total, 352.064 circulam na capital maranhense; 27.536 em São José de Ribamar; 19.849 em Paço do Lumiar e 3.771 em Raposa.

"A demanda aqui no juizado cresceu muito por causa do aumento da frota de veículos que circula em São Luís, e também estamos dando uma resposta grande para a quantidade de processos que chegam. Além disso, esse pequeno curso que é dado nas autoescolas para a obtenção da CNH [Carteira Nacional de Habilitação] não é suficiente. Por isso, é necessário haver uma campanha educativa para a reciclagem de alguns condutores, principalmente aqueles que, dentro das estatísticas, são os que mais se envolvem em acidentes de trânsito e tem maior quantidade de multas", disse.

As principais ocorrências que chegam ao Juizado de Trânsito são as colisões traseiras e as ações de cobrança do seguro DPVAT. As penas mais comuns aplicadas aos réus dos processos são a penhora de bens ou o bloqueio judicial do veículo, até a reparação do dano causado pelo infrator.

O juiz destacou ainda a importância de um reforço na fiscalização para evitar os acidentes de trânsito. "Se fosse feita uma fiscalização intensa, a maioria desses veículos que estão trafegando em São Luís seria recolhida, pois muitos estão com o IPVA atrasado, enquanto outros motoristas estão com a carteira de habilitação vencida", afirmou José Eulálio Figueiredo.

Números

1.552 **processos** tramitaram no juizado de trânsito em 2014

1.019 **réus** foram condenados

Mais

O juizado dispõe hoje de uma unidade móvel encarregada de, em casos de acidentes de trânsito, fazer a perícia e um acordo sem a necessidade da instauração de um processo. Se conseguir, encaminha o caso para a homologação; caso contrário, o processo será remetido para o juiz, que imediatamente marca a audiência de instrução e o julgamento.

Endereço:
Avenida dos Franceses, s/n, Detran - Vila Palmeira CEP: 65.036-901
Telefone:
(98) 3249 - 0002
Trânsito móvel:
(98) 98815-8346

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Divulgação

Juiz José Eulálio Figueiredo acompanha perícia feita em veículos após colisão em via de São Luís

Juiz assume juizado na Comarca de Santa Inês

O juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, tomou posse no cargo de juiz de direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Inês, ambas de entrância intermediária.

O ato solene foi realizado na terça-feira (7), no Tribunal de Justiça do Maranhão, diante da presidente, desembargadora Cleonice Freire, e do diretor-geral, Hebert Leite, com a leitura e assinatura do termo de compromisso e posse.

A remoção para nova jurisdição, a pedido do magistrado, obedeceu ao critério de merecimento, conforme decisão dos desembargadores em sessão administrativa do órgão especial do TJMA, de 18 de março deste ano.

Após o ato, o magistrado foi saudado pela desembargadora presidente e cumprimentado pelos colegas da magistratura.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Rápidas

Liberdade I

IMPERATRIZ - O policial militar Jean Claude dos Reis Apinajé (foto) deixou a cadeia do Comando Geral da Polícia Militar, na tarde de terça-feira, 7, após receber o alvará de soltura assinado pela juíza Lucrécia Bezerra Sodré Reis, e ainda vai poder exercer a sua função dentro do quartel.
O militar estava preso desde o dia 1º de dezembro, suspeito pela morte do cinegrafista de uma emissora de Imperatriz, José de Ribamar Carvalho Filho, de 48 anos, ocorrida no dia 29 de novembro do ano passado.

Divulgação

Liberdade II

IMPERATRIZ - A juíza destacou os argumentos alegados pela defesa do militar como controvérsia relacionada à arma utilizada e laudos periciais mencionados pelo Ministério Público que não existiam, pelo menos na época do ajuizamento da denúncia.
Ela também mencionou que há ausência de provas produzidas e documentadas no inquérito policial. Segundo a decisão, não existe qualquer indicativo que aponte que o suspeito, em liberdade, possa colocar em risco a paz social e a ordem pública.

Liberdade III

IMPERATRIZ - Em sua decisão, Lucrécia Reis disse que o que deve ser compreendido é que a prisão provisória não deve servir como aplicação antecipada da pena, havendo de ser empregada apenas em casos excepcionais e extremamente necessários.
Já o policial militar durante a sua liberdade não vai poder se ausentar da cidade sem autorização judicial, comparecer quinzenalmente na secretaria da 1ª Vara Criminal, comparecer a todos os atos do processo, não sair de casa depois das 20h.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça manda pagar salário de vice sustado de forma errada em Anajatuba

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça determina pagamento do salário de vice sustado de forma arbitrária em Anajatuba

Visando cercear um ato de desespero do prefeito de Anajatuba – Helder Lopes Aragão (PMDB), reflexo de uma total afronta aos preceitos legais que alicerçam o Estado Democrático de Direito, uma liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru, respondendo pela Comarca de Anajatuba, Mirella Cezar Freitas, corrigiu uma distorção, assegurando ao vice-prefeito daquela cidade – Sydnei Pereira, o pagamento do subsídio referente aos meses de novembro e dezembro/2014, além do 13º salário, sustados, de forma arbitrária, por determinação do prefeito.

Na decisão, além de determinar o cumprimento da determinação judicial num prazo de 10 dias, a magistrada proibiu, também, a suspensão do pagamento dos meses subsequentes, sob pena de multa de 10% do montante total devido. A liminar foi concedida em sede de mandado de segurança, impetrado em favor do vice-prefeito pela advogada Itamargarethe Corrêa Lima.

Na defesa, de forma protelatória, mesmo não tendo como provar a efetivação do pagamento, haja vista que o mesmo não fora feito, a Procuradoria do Município pleiteou inépcia da inicial e, no mérito, a improcedência da ação, argumentos rechaçados pela magistrada.

A ação irresponsável, vil e mesquinha de Hélder Aragão, na realidade, como de conhecimento público e notório, tem como escopo retaliar Sydnei por conta de um turbilhão de denúncias contra a atual administração. Pesa sobre os ombros do prefeito, já denunciado em diversos meios de comunicação a nível nacional e local, bem como nos órgãos de controle, suspeita do desvio de milhões e milhões de reais com licitações fraudulentas. Abaixo a integra da decisão proferida pela juíza Mirella Cezar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍCIA Pag. 11

Audiência de custódia do Maranhão recebe reconhecimento internacional

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Audiência de custódia do Maranhão recebe reconhecimento internacional

O Projeto foi reconhecido como uma solução para que o Brasil diminua a violência no sistema prisional

Juiz Fernando Mendonça em audiência de custódia no Maranhão

Em publicação realizada nesta quarta-feira (08), a Human Rights Watch (HRW) classificou o Projeto de Audiência de Custódia da Corregedoria da Justiça do Maranhão como uma solução para que o Brasil diminua a violência no sistema prisional. A divulgação é resultado de um estudo sobre o sistema prisional brasileiro. Em janeiro deste ano, representantes da ONG estiveram no Estado e acompanharam a execução do projeto, que é pioneiro no Brasil.

O projeto foi implantado no Maranhão após sucessivos debates que envolveram representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias de Administração Penitenciária e de Segurança, além das forças policiais. O projeto piloto começou a ser executado em outubro do ano passado, sendo formalizado em dezembro, por meio do Provimento 24/2014.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, o sucesso da audiência de custódia no Maranhão é resultado de um somatório de esforços entre as instituições pactuadas. "Desde o início da gestão assumimos a prática da integração como modelo de atuação. Esse diálogo tem contribuído para rompermos com o isolamento e avançarmos nas ações que interessam à sociedade", declarou.

A diretora da HRW para o Brasil, Maria Laura Canineu, disse que o objetivo das prisões é de conter a criminalidade, mas que no Maranhão, devido à falta de organização e à superlotação, elas promoveram o crescimento das facções criminosas e da violência. A ONG afirmou que audiência de custódia é um caminho para desarticular e enfraquecer essas facções.

Em relação ao projeto de lei que tramita no Congresso desde 2011 (PLS n. 554/2011), Maria Canineu criticou a demora do Legislativo em se posicionar, mas reconheceu que os estados estão fazendo sua parte. "O Congresso precisa parar de adiar a discussão do projeto das audiências de custódia e torná-lo lei. No entanto, os estados não precisam esperar por uma atitude de Brasília. O Maranhão tem demonstrado que as audiências de custódia, ao mesmo tempo que respeitam os direitos humanos, produzem resultados promissores", elogiou.

MODELO - A diretora afirmou que a experiência maranhense se constitui em um modelo eficiente e que pode contribuir para a busca concreta de soluções para a crise prisional do Brasil. "Este programa piloto mostra que o respeito às obrigações do Brasil em relação aos direitos humanos tem também o potencial de ajudar no combate aos problemas crônicos do sistema carcerário em todo o País", concluiu.

Para a HRW o projeto contribui para reduzir o número de presos provisórios, que a ONG classifica como uma das principais causas da superlotação das prisões e do recrutamento de membros por facções criminosas. Conforme prevê o Pacto de São José da Costa Rica, na audiência de custódia os detidos são levados à presença do juiz, que avalia a situação e determina se eles devem ser mantidos presos provisoriamente ou liberados.

LIBERDADE - Levantamento feito ainda em janeiro, junto à Central de Inquéritos - unidade responsável pela realização das audiências de custódia - constatou que o número de detidos que hoje são colocados em liberdade saltou de cerca de 10% para aproximadamente 50%.

Para o juiz Antonio Luiz de Almeida, coordenador da Central de Inquéritos, essa diferença se deve ao fato de que o novo modelo permite melhor avaliação da prisão em flagrante, evitando prisões em desconformidade com a lei de suspeitos de crimes não-violentos.

PROCESSO CONTINUA - Convém esclarece que a liberdade concedida durante a audiência atende a critérios específicos definidos no Código de Processo Penal. Diferentemente do que pode ser pensado, a pessoa, mesmo em liberdade, continua a ser processada normalmente pelo delito supostamente cometido, não havendo prejuízo da ação penal e nem razão para falar em impunidade.

BASE LEGAL - Segundo o HRW, o direito de uma pessoa detida de ser levada à presença de um juiz sem atrasos é um direito fundamental previsto no direito internacional e consagrado em tratados ratificados pelo Brasil, incluindo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de são José). Ele se aplica a todas as prisões, sem exceção, e se destina a colocar sob controle judicial a prisão de um indivíduo sujeito a uma investigação criminal.

SOBRE A HRW - A Human Rights Watch é uma organização independente dedicada à defesa e à proteção dos direitos humanos. Criada em 1978, a ONG tem representação em todo mundo e trabalha para estabelecer as bases legais e morais para promover mais justiça e segurança para as pessoas em todo o mundo. A HRW conta com profissionais da área de direitos humanos, incluindo especialistas, advogados, jornalistas e acadêmicos de diversas origens e nacionalidades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SANTA INÊS

O juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, da 1ª Vara da comarca de Lago da Pedra, tomou posse no cargo de juiz de direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Inês, ambas de entrância intermediária. O ato solene foi realizado na terça-feira (07), no Tribunal de Justiça do Maranhão, diante da presidente, desembargadora Cleonice Freire, e do diretor-geral, Hebert Leite, com a leitura e assinatura do termo de compromisso e posse. A remoção para nova jurisdição, a pedido do magistrado, obedeceu ao critério de merecimento, conforme decisão dos desembargadores em sessão administrativa do órgão especial do TJMA, de 18 de março deste ano. Após o ato, o magistrado foi saudado pela desembargadora presidente e cumprimentado pelos colegas da magistratura.

BALSAS

No exercício da presidência, a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, deu posse, na manhã desta quarta-feira (8, à juíza Elaile Silva Carvalho, que passa a atuar na 1ª Vara de Balsas. A magistrada atuava na vara única de Penalva e foi promovida por merecimento, da entrância inicial para a intermediária, por decisão do órgão especial do dia 18 de março deste ano. A magistrada foi cumprimentada pela promoção na carreira, após a leitura e assinatura do termo de compromisso e posse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PARCERIA

Humberto Coutinho recebe desembargadora Cleonice Freire

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu na manhã desta quarta-feira (8), em seu gabinete, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, que veio ao legislativo estadual fazer uma visita de cortesia, juntamente com o desembargador Jamil Gedeon e do chefe de gabinete, Elcior Coutinho. Também estiveram presentes, os deputados Roberto Costa (PMDB), Fábio Braga (PTdoB) e Rigo Teles (PV), além de assessores da presidência.

Na ocasião, a desembargadora Cleonice Freire - que reafirmou o interesse de manter o intercâmbio entre os poderes judiciário e o legislativo estadual - entregou a Humberto Coutinho a minuta de um projeto de lei, sugerindo a criação do Dia Estadual de Combate a todo tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão, a ser comemorado no dia 23 de abril. Esta data foi escolhida em homenagem ao jornalista Décio Sá, assassinado, em São Luís, neste dia.

Ao destacar a importância do projeto para a sociedade maranhense, Cleonice Freire pediu o apoio do presidente e dos demais parlamentares da Casa para apreciarem a proposta que visa chamar a atenção para os direitos humanos das vítimas da violência e seus familiares, no sentido de estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência, respeitando as devidas competências.

Durante o encontro, a parceria entre os dois poderes foi reforçada

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Posse na Justiça

No exercício da presidência, a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, deu posse, na manhã de ontem, à juíza Elaile Silva Carvalho, que passa a atuar na 1ª Vara de Balsas. A magistrada atuava na vara única de Penalva e foi promovida por merecimento, da entrância inicial para a intermediária, por decisão do órgão especial do dia 18 de março deste ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

REDUÇÃO DA IDADE PENAL

"Não reduzirá a violência", promotor da Infância e da Juventude, Márcio Tadeu, resumindo um dos seus vários motivos para ser contra a diminuição da idade penal

URBANO

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MAIORIDADE PENAL

"Não reduzirá a violência"

Promotor de Justiça e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude acredita que PEC 171 tenta desviar a atenção das reais causas da criminalidade

ALINE ALENCAR

"Não se pode culpar a sociedade por ter medo da violência, mas a redução é uma resposta enganosa por parte do poder público à questão tão complexa da criminalidade". Assim o promotor de Justiça e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, Márcio Tadeu, resume um dos seus vários motivos para ser contra a PEC 171/93. O promotor acredita que a discussão quer mascarar os verdadeiros criminosos: os parlamentares corruptos. A proposta de emenda, que pretende reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos, voltou a ser discutida no Congresso Nacional, após dois anos na Casa. Recentemente, a PEC 171 passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados e foi aprovada, no dia 31 de março deste ano. A aprovação obteve a votação de 42 votos a favor contra apenas 17.

O IMPARCIAL - A redução da menoridade penal levaria a uma diminuição dos índices de violência, como argumentam os defensores da proposta?

Márcio Tadeu – "Não. Dados estatísticos relativos ao Índice de Homicídios Adolescentes (IHA) dentro do mapa da violência mostra que o envolvimento de adolescentes em crimes letais é inferior a 1%. Já a maior faixa de vítimas da violência está entre 16 e 29 anos, sendo jovens negros e moradores de periferia. Estamos mais uma vez criminalizando um estrato populacional que é mais vítima do que algoz. Portanto, o argumento de que a criminalidade reduzirá após a aprovação da PEC é uma falácia. Se assim fosse, em países que tem pena de morte ou mutilação de ladrões, o delito seria inexistente, mas isso não acontece. O Brasil é líder de encarceramento e mostra que isso não tem resolvido o problema da violência, pois o crime está se tornando cada vez mais organizado. A grande questão da violência hoje é a insuficiente do modelo prisional e penal. Outras pesquisas científicas mostram que muito mais valiosa é a certeza da resposta do Estado a cada ilícito praticado. Isso tem muito mais valor do que propriamente privar da liberdade, ou seja, tornar o preso sociável para se reintegrar à sociedade".

O que a legislação determina para os jovens e adolescentes que cometem crimes? Há impunidade para os menores de 18 anos?

"Também não. O que há é um não cumprimento por parte do Estado do cumprimento das medidas socioeducativas e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E nisto, eu refiro aos municípios, estados e governo federal. As respostas estatais devem ser brevemente pela privação de liberdade e deve priorizar a ressocialização para que este menor infrator possa ser reeducado com liberdade assistida. A lei do Sinase (Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) estabeleceu um prazo para essa implantação dos planos municipais de Atendimento Socioeducativo e, no Maranhão, muitos descumpriram esse prazo, no estado ainda não foi publicado, mas estamos cobrando isso. Mais uma vez deixaram de garantir essa resposta garantida na CF. Sendo assim, reduzir a maioridade penal é premiar a falta de competência do poder público em cumprir estas medidas. Quando a PEC retira essa responsabilidade do poder público, ele está sendo omisso".

Como é a situação do menor infrator no Maranhão? O poder público cumpre com suas obrigações?

"O estado ainda não tem uma unidade de internação própria para receber o menor infrator e, por isto, também pode ser considerado infrator, por não cumprir o que está previsto na constituição. O ECA nunca foi implantado efetivamente para que isto seja realidade. Mas isto também, infelizmente, é uma questão nacional".

Na sua visão, qual a solução para reduzir, pelo menos, a criminalidade praticada por estes jovens?

"Devemos punir os adultos que frequentemente utilizam menores nos crimes. Temos que ter uma resposta adequada para combater essa criminalidade dos adultos, enquanto isto não acontecer eles buscarão cada vez mais jovens, para 12, para 10 e até quando? Enquanto a gente tiver um estado falido, no quesito segurança pública, que admite sua inoperância diante de presos que deveriam estar neutralizados, não tem autoridade para recomendar soluções que são enganosas e não condizem à realidade. Se aprovada, o estado entregará nas mãos de criminosos "alunos" cada vez mais jovens que se tornarão finalmente parte do crime organizado".

Depois de dois anos parada na Câmara dos Deputados, a PEC 171/93 voltou a ser discutida. Isto lhe causa estranheza ou não?

"Sim e muita, haja vista que estamos vivendo um momento em que o Congresso Nacional está desacreditado diante de uma população que cobra respostas e não vê resultados. Eu acredito também que faça sentido o retorno dessa questão à atual conjuntura política como aconteceu em 2013, durante as manifestações, por exemplo. A

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

população quer mudança, mas essa mudança é o combate à corrupção e ao desvio do dinheiro público. Essa busca por responsabilização destes ilícitos cometidos por parlamentares estão sendo postos de lado para mobilizar a população pela redução da maioridade, até por meio das redes sociais. Parece que querem desvirtuar a atenção para os recentes escândalos de corrupção que, ironicamente, envolvem parlamentares da Câmara Federal e do Senado. Há uma profusão de pautas que procuram tirar atenção na mídia desses escândalos e desviar da grande questão. Estes que cometem crimes de corrupção é que são os criminosos, pois desviam dinheiro da saúde e da educação, por exemplo, e mais na frente resulta em criminalidade".

Deputados contrários ao texto disseram que iriam recorrer ao STF para barrar a tramitação da proposta. No seu entendimento, a maioridade penal, fixada em 18 anos pela Constituição Federal, é cláusula pétrea [dispositivos que não podem ter alteração]?

"A maioridade fixada em 18 anos, prevista na CF é cláusula pétrea. A minha esperança é que se passar pelo Congresso, o Supremo Tribunal Federal resguardará os princípios básicos da Constituição Federal. O estado deve adotar medidas que preservem os direitos da humanidade. Ditaduras foram implantada desvirtuando mecanismos democráticos, um exemplo foi o algoz da humanidade, Adolf Hitler. Pensar na redução é vender uma ideia falsa de que soluciona a questão da violência, é desconhecer os dados estatísticos mostrados de que o adolescente é mais vítima do que autor. E principalmente é premiar a incompetência do poder público dos municípios, dos estados e do governo federal que nunca efetivamente implementaram a solução que é determinada pelo artigo 228 da CF, a chamada a responsabilização pelo adolescente na forma do estatuto da criança do adolescente (ECA)".

Recentemente, especialistas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) consideraram o congresso eleito, em 2014, o mais conservador desde 1964. Após análise da comissão, a proposta precisa ser aprovada por 308 dos 513 deputados. Como a PEC deve ser recebida pelos parlamentares?

"Acredito que os parlamentares a favor da redução têm força o suficiente para convencer os demais quanto a sua vontade, porém, acredito também na difusão de informação pelos demais que são contra. Porém, também creio que, se depender deles, a PEC será aprovada".

Existe uma chance de ser aprovada a emenda apenas para crimes considerados mais graves?

"Existe, mas eu também sou contra, pois eu vejo com preocupação uma das propostas de aumentar o tempo de reclusão de três para nove anos. Para alguns é pouco, mas para um jovem de 12 anos, por exemplo, é um terço da vida dele. Encarcerar por encarcerar não é a solução, se dentro da prisão não há um acompanhamento, muito menos uma garantia de que ele irá se ressocializar".

Muitas entidades, como a OAB e ONGs, são contrárias à proposta, mas uma pesquisa de 2013 da Datafolha mostrou que 93% dos paulistanos defendem a diminuição. Essa pesquisa representa a opinião da população brasileira?

"Não, pois a preocupação que se tem é de ordem política, sociológica, de ordem prática, de ordem de responsabilização. Isso é muito mais levado por um discurso de emoção do que pela razão. É justificável pela grande sensação de insegurança da população, mas a solução está na racionalidade. A democracia é mais do que a vontade da maioria, é não subjugar a minoria e respeitar os direitos fundamentais".

O que diz o ECA

A Constituição Federal de 1988 estabelece a condição de inimputável do menor, vez que a ele não pode ser aplicada penas, exigindo a criação de lei específica a fim de regularizar tal situação. A lei específica nº 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê vários direitos conferidos ao menor, dentre eles prevê a apuração de atos infracionais, seu procedimento, as medidas aplicadas na semiliberdade. Prevê também incontáveis providências socioeducativas contra o infrator: advertência, liberdade assistida, semiliberdade, entre outras. Até mesmo a internação é possível (e internação nada mais significa que prisão), embora regida pelos princípios da brevidade e da ultima ratio (última medida a ser pensada e adotada). A lei concebe a privação da liberdade do menor, quando se apresenta absolutamente necessária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A maioridade fixada em 18 anos, prevista na CF é cláusula pétrea. A minha esperança é que se passar pelo Congresso, o Supremo Tribunal Federal resguardará os princípios básicos da Constituição Federal

Márcio Tadeu,
promotor de Justiça e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude

[...] Já a maior faixa de vítimas da violência está entre 16 e 29 anos, sendo jovens negros e moradores de periferia

Márcio Tadeu,
promotor de Justiça

Devemos punir os adultos que frequentemente utilizam menores nos crimes

Márcio Tadeu,
promotor de Justiça e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Presidente Humberto Coutinho recebe desembargadora Cleonice Freire e firma parceria com TJ

Fábio Braga (PTdoB), Rigo Teles (PV), desembargadora Cleonice Freire, presidente Humberto Coutinho e Roberto Costa (PMDB)

São Luís - O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu na manhã dessa quarta-feira (8), em seu gabinete, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, que veio ao legislativo estadual fazer uma visita de cortesia, juntamente com o desembargador Jamil Gedeon e o chefe de gabinete, Elcior Coutinho. Também estiveram presentes os deputados Roberto Costa (PMDB), Fábio Braga (PTdoB) e Rigo Teles (PV), além de assessores da presidência.

Na ocasião, a desembargadora Cleonice Freire – que reafirmou o interesse de manter o intercâmbio entre os poderes judiciário e o legislativo estadual – entregou a Humberto Coutinho a minuta de um projeto de lei sugerindo a criação do Dia Estadual de Combate a todo tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão, a ser comemorado no dia 23 de abril. Esta data foi escolhida em homenagem ao jornalista Décio Sá, assassinado, em São Luís, neste dia.

Ao destacar a importância do projeto para a sociedade maranhense, Cleonice Freire pediu o apoio do presidente e dos demais parlamentares da Casa para apreciarem a proposta que visa chamar a atenção para os direitos humanos das vítimas da violência e seus familiares, no sentido de estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência, respeitando as devidas competências.

"Reafirmo o interesse de manter o intercâmbio entre os poderes para que possamos continuar trabalhando em harmonia. Peço o apoio dos deputados para que apreciem e aprovem essa proposta que visa beneficiar a população do Maranhão", acentuou a desembargadora Cleonice Freire.

Ela destacou ainda que a escolha do dia 23 é oportuna, visto que todos os anos haverá um amplo debate sobre a questão da violência no Estado, dando visibilidade à situação das vítimas e seus familiares, e também possibilitará a promoção de justa homenagem ao jornalista Décio Sá.

Humberto Coutinho e os deputados ali presentes destacaram a relevância da proposta e afirmaram que a mesma será levada ao plenário, em regime de urgência, para apreciação e aprovação. "Tenho certeza que todos os deputados terão boa vontade em apreciar os projetos que são benéficos para a população. O que tiver no nosso alcance, pode ter certeza, que estaremos apreciando e aprovando", assegurou Humberto Coutinho, colocando Casa à disposição do TJ do Maranhão.

Proposta

De acordo com a proposta do TJ, no dia 23 de abril, o legislativo estadual deverá realizar sessão solene às vítimas da criminalidade e familiares. Além disso, durante todo o mês de abril deverá promover debates com membros da sociedade civil, universidades e autoridades com o propósito de apresentar ao Poder Executivo sugestões voltadas ao combate ao crime e proteção à vítima.

A proposição enfatiza ainda que o estabelecimento de uma data com essa finalidade, além de permitir que o Estado do Maranhão desponte como a preocupação de proteção à vítima de criminalidade, se comparado a outros estados da federação, e cumprir diretrizes da ONU, reforça as ideias de ações afirmativas na defesa dos direitos das vítimas.

Além disso, destaca-se a importância do Executivo ir buscar formas e estratégias para diminuir a vitimização e, nos casos em que o crime ocorrer, tente proporcionar à vítima e/ou seus familiares meios de reparação e suporte.

Índice de violência

De acordo com dados relatados na proposta do TJ, o mapa da violência 2014, entre os anos de 1980 e 2012, morreram 112.709 pessoas em situação de violência no Brasil, sendo 56.337 vítimas de homicídio; 46.051 vítimas de acidentes de transporte e 10.321 vítimas de suicídio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ cassa liminar concedida a coronéis da PM contra MP do Governo

PÁGINA 12 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ cassa liminar concedida a coronéis da PM contra MP do Governo do Maranhão

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior proferiu sentença, nesta quarta-feira (8), cassando a liminar concedida em mandado de segurança preventivo impetrado por coronéis da Polícia Militar do Maranhão contra o governador Flávio Dino. A decisão do desembargador Guerreiro Júnior refere-se a Agravo Regimental interposto pelo Governo do Estado contra liminar deferida em sede de Plantão de 2º grau nos autos do mandado de segurança impetrado pelo coronel Ivaldo Alves Barbosa e outros oficiais da PMMA.

Estes coronéis PM ingressaram na Justiça para tornar sem efeito o Artigo 11 da Medida Provisória nº 195/2013, publicada no Diário Oficial Executivo em 17 de março de 2015, que altera a Lei nº 6.513/1995, o Estatuto dos Policiais Militares, no que tange à passagem dos oficiais para a inatividade, determinando a transferência automática para a reserva remunerada daqueles que completarem 35 anos de serviço, alterando o assegurado no art. 1º da Lei nº 10.146/2014, isto é, o interstício de oito anos no posto de Coronel QOPM, ou a idade máxima de 62 anos.

Os oficiais da PM que ingressaram na Justiça alegaram que ingressaram na Polícia Militar do Maranhão por concurso público alcançando o posto máximo da corporação, Coronel QOPM e Tenente-Coronel. Eles pedem que lhes seja assegurado o direito de permanecerem no serviço ativo da PMMA, somente lhes sendo permitida a transferência para a reserva remunerada ao completarem oito anos no posto de Coronel QOPM ou atingirem a idade de 62 anos.

Ao cassar a liminar, o desembargador Guerreiro Júnior acatou o argumento defendido pelo Governo do Estado, no Agravo Regimental, Sustenta, sustentando a discricionariedade do Poder Executivo para a edição de Medida Provisória, sendo possível a alteração de lei ordinária por Medida Provisória.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Eleições limpas

O Juiz Marlón Reis, um dos líderes do Projeto de Eleições Limpas, será o principal palestrante do Seminário de Reforma Política promovido pelo Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Maranhão, aliado a outras entidades do gênero e organizações da sociedade civil. O encontro será no auditório do Hotel Abeville, no São Francisco, a partir das 14 horas desta sexta-feira 10.

O magistrado, que atua profissionalmente no Maranhão e tem liderado o movimento em vários Estados do País, detalhará o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que dispõe sobre Reforma Política Democrática e Eleições Limpas.

Associados ao SINFA estão outras entidades sindicais e representações da sociedade civil, "interessadas nas profundas modificações que a estrutura político-partidária brasileira precisa sofrer", no entendimento do presidente do sindicato promotor Saraiva Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• O juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, da 1ª Vara da comarca de Lago da Pedra, tomou posse no cargo de juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Inês, ambas de entrância intermediária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Humberto Coutinho recebe desembargadora Cleonice Freire e firma parceria com TJMA

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu nesta quarta-feira (8), em seu gabinete, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire. A desembargadora fez uma visita de cortesia, juntamente com o desembargador Jamil Gedeon e o chefe de gabinete, Elcior Coutinho. Também estiveram presentes, os deputados Roberto Costa (PMDB), Fábio Braga (PTdoB) e Rigo Teles (PV), além de assessores da presidência.

Na ocasião, a desembargadora entregou a Coutinho a minuta de um projeto de lei, sugerindo a criação do Dia Estadual de Combate a todo tipo de Violência e Apoio às Vítimas e Familiares no Estado do Maranhão, a ser comemorado no dia 23 de abril. A data foi escolhida em homenagem ao jornalista Décio Sá, assassinado, em São Luís, neste dia.

Cleonice Freire pediu o apoio Legislativo à proposta que visa estimular a sensibilização e efetivação, em todos os poderes do Estado, de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência, respeitando as devidas competências. Humberto Coutinho e os demais deputados presentes destacaram a relevância da proposta e afirmaram que a mesma será levada ao plenário, em regime de urgência, para apreciação e aprovação.

De acordo com a proposta do TJ, o legislativo estadual deverá realizar sessão solene às vítimas da criminalidade e familiares, sempre em 23 de abril. Além disso, durante todo o mês de abril deverá promover debates com membros da sociedade civil, universidades e autoridades com o propósito de apresentar ao Poder Executivo sugestões voltadas ao combate ao crime e proteção à vítima.

O projeto colocará o Maranhão na vanguarda da defesa de vítimas de violência. Além disso, destaca-se a importância do Executivo ir buscar formas e estratégias para diminuir a vitimização e, nos casos em que o crime ocorrer, tente proporcionar à vítima e/ou seus familiares meios de reparação e suporte. De acordo com dados relatados na proposta do Tribunal de Justiça, entre os anos de 1980 e 2012, morreram, vítimas de violência 58,1 habitantes a cada grupo de 100 mil pessoas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação